

# DNIT

## ATA DA 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DNIT


Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, com o início às dez horas e dezesseis minutos, realizou-se a Nonagésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na Sala de Reuniões da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes/MT, 5º andar, sob a Presidência da Senhora Natália Marcassa de Souza – Secretária-Executiva do Ministério dos Transportes/MT, com a participação dos seguintes Conselheiros, conforme consta do Livro de Presença: Luciano de Souza Castro – Secretário de Gestão dos Programas de Transportes/MT; Valter Casimiro Silveira – Diretor Geral do DNIT; Herbert Drummond – Secretário de Política Nacional de Transportes/MT; e Zarak de Oliveira Ferreira – Diretor do Departamento de Programas de Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG. Compareceram como convidados os Senhores Luiz Augusto dos Santos – Auditor Chefe do DNIT; Zeno José Andrade Gonçalves – Assessor da Diretoria Executiva do DNIT; e Alexandre Castro Fernandes – Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias do DNIT. Passando à ordem do dia, a Presidente declarou aberta a sessão, e o Conselho de Administração passou a examinar as matérias constantes na pauta. Com relação ao **Item 1 – Posse do novo Conselheiro, Senhor Luciano de Souza Castro**, a Presidente deu as boas-vindas em nome do Conselho e concedeu a palavra aos demais. O Senhor Herbert Drummond disse ser um privilégio ter como Conselheiro um parlamentar ligado à infraestrutura de transportes. O Senhor Valter Casimiro registrou que o novo Conselheiro sempre auxiliou o DNIT e seus Diretores nos pleitos ligados à área de transportes e possui um histórico muito consolidado nessa área, o que é de grande importância para o Conselho de Administração da Autarquia. O Senhor Zarak de Oliveira também deu as boas-vindas. O Senhor Luciano de Souza agradeceu a receptividade e disse ser uma honra poder compartilhar os momentos vindouros, exercer as capacidades de inovação e aprendizado e ser membro desse Conselho, em face da relevância do papel do DNIT para o país. Na sequência, em se tratando do **Item 2 – Leitura, votação e aprovação da Ata da 95ª Reunião Ordinária do CONSAD/DNIT**, a Ata foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. No que diz respeito ao **Item 3 – Descentralização de Pagamentos no DNIT**, a Presidente do Conselho expôs o tópico aos presentes e disse que o processo de pagamento no DNIT possui atualmente uma cronologia única, principalmente no que se refere às obras. Explicou que cada estado prepara a medição dos serviços prestados, os quais passam a integrar uma fila de pagamento, por meio da emissão de um ofício eletrônico, numerado no sistema. Disse que a Diretoria Colegiada do DNIT aprovou uma proposta para realizar um estudo, visando descentralizar os pagamentos relativos a obras, inicialmente em 05 (cinco) Superintendências Regionais, quais sejam, nos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Paraíba e Tocantins. O Senhor Valter pediu a palavra e registrou que o objetivo da descentralização é agilizar e otimizar os processos de pagamento e os custos administrativos e afirmou que, devido ao entendimento de que essa medida poderia ocasionar uma quebra na cronologia, uma Instrução de Serviço está sendo elaborada no DNIT para normatizar o assunto, tendo como base uma cronologia nacional por meio da qual ocorrerá a execução orçamentária e financeira. Observou ainda que as Superintendências terão uma cronologia própria, mas será a nacional que definirá o montante a ser repassado a cada uma. Asseverou que a intenção é incluir todas as Superintendências, mas que, em um primeiro momento, seria necessário realizar a testagem dos procedimentos em algumas Regionais. O Senhor Luciano interveio e disse que percebe essa descentralização proposta pelo DNIT como apenas de natureza administrativa para promover a diminuição da burocracia, no entanto, asseverou ser favorável a uma descentralização mais ampla, inclusive quanto à parte orçamentária e financeira. Também

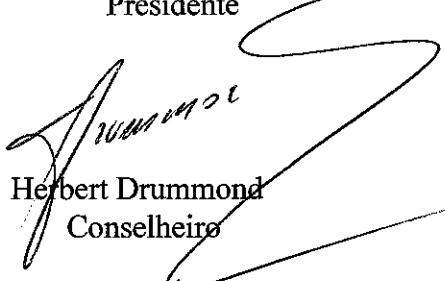
defendeu a necessidade de haver uma cronologia separada tanto para as emergências, quanto para contratações apenas de projetos de valores menores. O Senhor Valter assegurou que está sendo realizada paulatinamente a revisão da metodologia quanto à cronologia de pagamento no DNIT, com a possível descentralização orçamentária e financeira aos estados, e que esta revisão ainda está em fase de estudo, disse que, tão logo esteja pronta essa proposta, apresentará o assunto para conhecimento e deliberação do Conselho. A Presidente concluiu esse tópico, ressaltando a necessidade de o DNIT apresentar tal proposta assim que possível e deu conhecimento aos presentes de Nota Técnica, encaminhada ao Ministério dos Transportes pela Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias – ANEOR, que trata de reclamação quanto à cronologia e à descentralização de pagamentos adotada no DNIT recentemente e permitida à Superintendência Regional no Estado do Mato Grosso. Disse que tal Nota Técnica foi encaminhada ao DNIT por meio do Ofício nº. 737/2015-SE/MT de 23/10/2015, o qual se encontra anexado a esta Ata. Seguindo ao item **Item 4 – Apresentação do papel da Diretoria Executiva do DNIT**, foi passada a palavra ao Senhor Zeno José Andrade Gonçalves que iniciou sua explanação afirmando que a Diretoria Executiva é um órgão de assistência direta ao Diretor Geral, que funciona, dentre outras atribuições, como elo entre a Diretoria Geral e as demais Diretorias. Em seguida, realizou brevemente uma exposição dos seguintes pontos: o Papel Regimental, as Funções Desempenhadas e a Organização Interna; e os Resultados das ações em curso, por meio do Contrato nº. 1.151/2014. Apresentou as competências e atribuições, conforme Regimento atual e a proposta para o novo Regimento Interno que ainda está em fase de conclusão; a estrutura da Diretoria e as funções realizadas pelas áreas nas quais está dividida, isto é, o Escritório de Governança, Estratégia e Processos, o Escritório de Empreendimentos, a Coordenação Geral de Cadastro e Licitações – CGCL e a Coordenação Geral de Custos em Infraestrutura de Transportes - CGCIT. Após a exposição, o Conselheiro Herbert Drummond sugeriu que o Conselho tivesse acesso aos relatórios elaborados como produto das atividades dos Escritórios, especialmente o de Empreendimentos, o qual, segundo o palestrante, é responsável, dentre outras competências, por acompanhar a execução físico-financeira das obras e apoiar a gestão dos empreendimentos, com relação à metodologia e ao monitoramento. O palestrante informou que os painéis com os dados e as informações ainda estão em fase de elaboração, mas tão logo estejam prontos, disponibilizará para o conhecimento do Conselho. Em se tratando do **Item 5 – Encaminhamento das Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada do DNIT**, a Presidente questionou aos presentes sobre a necessidade de envio desses documentos aos Conselheiros, visto a solicitação do Conselheiro Herbert Drummond. A Secretária do Conselho informou que os extratos das Atas da Diretoria Colegiada são publicados regularmente no *site* do DNIT, estando disponíveis para acesso público, além de os documentos, na íntegra, estarem à disposição dos interessados na Secretaria da Diretoria Colegiada. Desse modo, o Conselho decidiu não haver necessidade de encaminhar essas Atas ao Conselho, por concordância unânime de todos os membros. No que concerne ao **Item 6 – Assuntos Gerais**, quanto ao subitem **6.1. Carta de Renúncia do Conselheiro Pablo Fonseca Pereira dos Santos**, a Presidente informou aos Conselheiros sobre a citada Carta e que o Senhor Pablo Fonseca foi convidado a exercer uma nova função no Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e, em vista disso, se desligará do cargo que atualmente ocupa no Ministério da Fazenda, não podendo, dessa forma, ter assento no CONSAD/DNIT. Informou que, oportunamente, o Ministério da Fazenda deverá encaminhar a indicação de um novo nome para atuar como Conselheiro. Os membros tomaram conhecimento e desejaram sucesso ao Senhor Pablo em sua nova missão. Sobre o subitem **6.2. Relatório Final de Auditoria Especial nº. 22/2015/AUDINT/DNIT**, o Senhor Luiz Augusto afirmou que o Relatório em comento contemplou apenas a primeira fase dos trabalhos atinentes à gestão de multas provenientes do excesso de peso e de velocidade, no âmbito da Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias – CGPERT/DIR, cujos resultados já haviam sido previamente apresentados ao Conselho. Disse que a segunda fase já está em curso e, numa próxima oportunidade, apresentará o Relatório Preliminar

2

dessa etapa. Informou ainda que, para o próximo ano, será feito o acompanhamento dessa área por auditoria de *follow up*. Acerca do subitem **6.3. Informações a Serem Apresentadas pela Coordenação Geral de Operações Rodoviárias – CGPERT, quais sejam, Viabilidade de Implantação de 35 postos de pesagem, Relatório de Acompanhamento dos Processos de Aplicação de Penalidade, e Status da contratação do Plano Nacional de Controle de Velocidade**, foi passada a palavra ao Senhor Alexandre Fernandes que iniciou sua apresentação trazendo algumas informações sobre a Coordenação Geral de Operações Rodoviárias – CGPERT, pela qual é responsável. Quanto ao ponto **Viabilidade de Implantação de 35 postos de pesagem**, explanou sobre a implantação dos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização – PIAFs em três principais etapas, isto é, na 1ª Etapa, estariam previstos 35 (trinta e cinco) PIAFs licitados; na 2ª Etapa, 27 (vinte e sete) pontos validados; e na 3ª Etapa, 64 (sessenta e quatro) potenciais locais para futura implantação. O Coordenador Geral apresentou ainda dados sobre o cenário atual dos PIAFs licitados por meio dos Editais RDCi nº. 693/2014, nº. 694/2014, nº. 695/2014, nº. 696/2014; o número de lotes, que são 20 (vinte); o número de postos, que são 35 (trinta e cinco), sendo 01 (um) posto móvel; explicou que a contratação se dará em duas fases, sendo a primeira, a elaboração dos projetos e construção dos PIAFs, em prazo de 21 (vinte e um) meses; e a segunda fase, com a coleta de dados, por meio da operação e da manutenção dos postos, por 60 (sessenta) meses e abrangendo 14 (catorze) estados (BA, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PI, PR, RN, RO, RS e SC). Esclareceu, no entanto, que, para o ano que vem, existe uma previsão de implantação de 15 (quinze) a 20 (vinte) PIAFs. Em relação ao **Relatório de Acompanhamento dos Processos de Aplicação de Penalidade**, no que se refere às infrações de trânsito, apresentou dados atualizados até 27/10/2015, os quais demonstram que cerca de 5.067.972 (cinco milhões, sessenta e sete mil, novecentos e setenta e dois) autos de infração estão com a pendência de expedição das Notificações de Penalidade – NP. Destes, informou que 2.922.415 (dois milhões, novecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e quinze) aguardam a publicação no Diário Oficial da União – D.O.U. Afirmou que a CGPERT, por meio do processo administrativo nº. 50600.009572/2015-58, propôs à Diretoria de Administração e Finanças a celebração de um contrato com a Imprensa Nacional para publicação de todos os autos de infração. Além disso, disse que o DNIT está desenvolvendo um *software* com o objetivo de realizar o processamento das multas por excesso de velocidade e peso nas rodovias federais. Informou que o sistema está em fase de elaboração por técnicos do próprio DNIT, encontra-se quase pronto e que, após a conclusão dessa atividade, a Autarquia pretende contratar uma empresa para realizar a operação do sistema. Nesse ínterim, o Senhor Valter Casimiro, Diretor Geral do DNIT, mencionou que o DNIT tem trabalhado em vários pontos buscando a otimização dos processos relativos às multas, incluindo a melhoria na captação de imagens e também a forma de contratação de empresas que promovam o processamento das multas e se responsabilizem por seu envio pelo Correios, pois essa integração dos procedimentos agiliza os processos e garante o cumprimento da legislação no que tange aos prazos de notificação. No que diz respeito ao **Status da contratação do Plano Nacional de Controle de Velocidade**, o Senhor Alexandre informou que o contrato relativo aos equipamentos de segurança para controle de velocidade se encerrará no final do ano de 2015, assim prosseguiu apresentando informações sobre o Novo Plano Nacional de Controle de Velocidade – PNCV. Falou que a modalidade de licitação para realizar a contratação será o pregão presencial, composto por 19 (dezenove) lotes e objetivando o monitoramento de 8000 (oito mil) faixas. Informou que o valor previsto e aproximado é de R\$2,8 (dois bilhões e oitocentos milhões de reais) para um contrato de 60 (sessenta) meses ou 05 (cinco) anos, visto que o orçamento ainda está em elaboração, e que o programa deverá realizar o monitoramento de 26 (vinte e seis) Unidades Federativas e o Distrito Federal. No que tange aos equipamentos de controle eletrônico de velocidade, disse que o cronograma de instalação é de 12 (doze) meses e que os aparelhos devem registrar o avanço de sinal vermelho dos semáforos e a parada sobre a faixa de pedestres, além da leitura automática de placas. Quanto ao cronograma previsto para o Novo PNCV, apresentou as

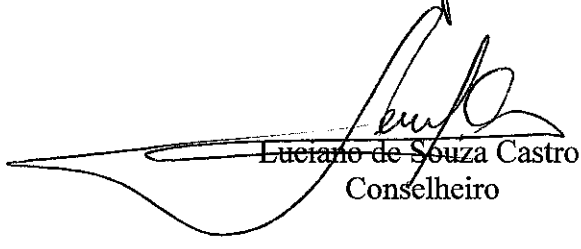
seguintes etapas e respectivas datas: 1. Autorização da Diretoria Colegiada para a contratação pretendida e para a realização de Audiência Pública (14/09/2015); 2. Publicação da Audiência Pública no D.O.U. (22/09/2015); 3. Realização da Audiência Pública (14/10/2015); 4. Envio dos atos preparatórios à Coordenação Geral de Cadastro e Licitações (03/11/2015); Publicação do edital do pregão (16/11/2015); 5. Homologação da contratação (21/12/2015). No que se refere ao PNCV atual, registrou que providências estão sendo adotadas pela CGPERT, como o encaminhamento de ofício às empresas informando sobre a possibilidade de prorrogação do contrato e solicitando a manifestação de interesse na prorrogação. Disse ainda que está sendo elaborada uma Nota Técnica para encaminhamento à Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT – PFE/DNIT, visando à manifestação sobre a prorrogação dos contratos vigentes, com objetivo de garantir a transição entre o atual e o Novo PNCV, sem prejuízo à segurança viária. Além disso, disse que a Coordenação tem efetuados estudos buscando reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, a adequação do escopo e a previsão orçamentária, em caso de prorrogação excepcional; e também realizado tratativas com os órgãos de controle externo para que seja viabilizada a prorrogação dos atuais contratos do PNCV pelo prazo de mais um ano. Por fim, o Senhor Alexandre comprometeu-se em trazer mais informações sobre o assunto e atualizar o Conselho de Administração quanto aos progressos na área. Os Conselheiros assentiram e agradeceram a sua participação. Esgotados os itens de pauta, ficou deliberado que as apresentações relativas às Diretorias do DNIT tenham continuidade, com a proposta do Conselheiro Luciano de Souza de que a próxima apresentação seja sobre a Diretoria de Planejamento e Pesquisa, com a qual os demais membros concordaram. Além disso, a Presidente solicitou, para a próxima reunião, informações acerca do Relatório Preliminar sobre a segunda fase de Auditoria relativo à gestão de multas na CGPERT; um retorno da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI/DNIT quanto aos pontos apresentados na 95ª Reunião do CONSAD/DNIT; e uma listagem de licitações previstas no DNIT, cujos valores ultrapassarão os R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) e, desse modo, deverão ser analisadas pelo Conselho. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e demais presentes, dando por encerrada a sessão às doze horas e treze minutos, da qual eu, Marcela Braz do Couto, Secretária-Executiva do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pela Senhora Presidente e pelos demais Conselheiros.-----


  
Natália Marcassa de Souza  
Presidente

  
Herbert Drummond  
Conselheiro

  
Zarak de Oliveira Ferreira  
Conselheiro

  
Valter Casimiro Silveira  
Conselheiro

  
Luciano de Souza Castro  
Conselheiro

  
Marcela Braz do Couto  
Secretária-Executiva